

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE
SANEAMENTO - COMPESA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2017

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Recife-PE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia") em 30 de setembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outro auditor que, em seu relatório, datado de 23 de março de 2017, expressou opinião sobre essas demonstrações contábeis, sem modificação.



Demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram revisadas por outro auditor que, em seu relatório, datado de 16 de novembro de 2016, emitiu conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias, sem modificação.

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recife, 16 de janeiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1-SP 120458/O-6 - S - PE

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	64.273	99.721	Empréstimos e financiamentos	12	38.485	41.267
Contas a receber de clientes	5	570.248	559.061	Fornecedores	13	164.276	106.240
Estoques	6	64.418	32.984	Debêntures	14	51.425	35.882
Ativo fiscal corrente	7	50.046	30.202	Depósitos e retenções contratuais		2.564	2.551
Convênios e outros investimentos	8	92.236	96.183	Passivo fiscal - corrente	15	25.875	21.995
Outros créditos a receber	9	14.709	10.430	Passivo fiscal - diferido	15	11.780	10.389
Despesas antecipadas		1.785	2.106	Consignações a recolher		4.098	4.666
				Salários e encargos sociais a pagar	16	62.944	39.585
Total do ativo circulante		857.715	830.687	Juros sobre capital próprio a pagar		99	40.142
				Outras contas a pagar	17	29.443	33.299
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	5	32.328	34.319	Total do passivo circulante		390.989	336.016
Ativo fiscal diferido	7	4.284	4.374				
Convênios e outros investimentos	8	24.240	28.058	Não circulante			
Depósitos judiciais		83.647	63.522	Empréstimos e financiamentos	12	119.589	144.953
Investimentos		654	558	Debêntures	14	150.488	198.692
Imobilizado	10	95.557	76.902	Provisão para perdas em processos judiciais	18	58.717	46.034
Intangível	11	5.426.475	5.006.009	Passivo fiscal - corrente	15	105	158
				Passivo fiscal - diferido	15	48.137	42.089
Total do ativo não circulante		5.667.185	5.213.742	Outras contas a pagar	17	696.786	639.213
				Benefício a empregados		142.517	143.656
				Total do passivo não circulante		1.216.339	1.214.795
				Total do passivo		1.607.328	1.550.811
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19	4.000.000	4.000.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital		695.188	407.777
				Ajustes de avaliação patrimonial		(8.653)	(9.628)
				Reservas de Lucros		95.467	95.469
				Lucros/Prejuízos acumulados		135.570	-
				Total do patrimônio líquido		4.917.572	4.493.618
				Total do passivo e patrimônio líquido		6.524.900	6.044.429
Total do ativo		6.524.900	6.044.429				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2016 a 30/09/2016
	Nota				
Receita Líquida	21	1.426.070	466.264	1.120.113	430.144
Custo dos serviços prestados	22	<u>(1.063.964)</u>	<u>(338.459)</u>	<u>(744.971)</u>	<u>(310.596)</u>
Lucro bruto		362.106	127.805	375.142	119.548
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	23	(116.566)	(46.016)	(159.520)	(48.641)
Administrativas	24	(81.466)	(23.096)	(93.594)	(30.675)
Tributárias		(9.378)	(4.106)	(11.893)	(4.174)
Honorários da administração		(935)	(314)	(1.194)	(198)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	39.320	5.513	18.837	10.267
		<u>(169.025)</u>	<u>(68.019)</u>	<u>(247.364)</u>	<u>(73.421)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>193.081</u>	<u>59.786</u>	<u>127.778</u>	<u>46.127</u>
Receitas financeiras	26	33.692	11.867	36.401	13.188
Despesas financeiras	26	<u>(74.007)</u>	<u>(21.687)</u>	<u>(71.425)</u>	<u>(17.743)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26	<u>(40.315)</u>	<u>(9.820)</u>	<u>(35.024)</u>	<u>(4.555)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>152.766</u>	<u>49.966</u>	<u>92.754</u>	<u>41.572</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	15	(11.148)	(5.585)	(4.327)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido		(6.048)	(1.952)	(5.505)	(1.890)
Lucro líquido do exercício		<u>135.570</u>	<u>42.429</u>	<u>82.922</u>	<u>39.682</u>
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		<u>1,47</u>	<u>0,46</u>	<u>0,89</u>	<u>0,12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2016 a 30/09/2016
Lucro líquido do exercício	135.568	(42.427)	82.922	(82.922)
Resultados abrangentes				
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	-	-	(1.489)	1.489
Variação líquida do valor justo de investimentos	975	(68)	85	(85)
Resultado abrangente total	136.543	(42.495)	81.518	(81.518)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingências		
Saldo em 01 de janeiro de 2016	4.000.000	182.849	(6.639)	-	-	-	(10.513)	4.165.697
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	139.681	-	-	-	-	-	139.681
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	85	-	-	-	-	85
Ajuste benefício a empregados	-	-	(1.489)	-	-	-	-	(1.489)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82.922	82.922
Saldo em 30 de setembro de 2016	4.000.000	322.530	(8.043)	-	-	-	72.409	4.386.896
Saldo em 01 de janeiro de 2017	4.000.000	407.777	(9.628)	4.774	9.548	81.147	-	4.493.618
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	287.411	-	-	-	-	-	287.411
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	975	-	-	-	-	975
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	135.568	135.568
Constituição de Reservas	-	-	-	2.004	4.007	(6.011)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	4.000.000	695.188	(8.653)	6.778	13.555	75.136	135.568	4.917.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	135.570	82.922
Ajustes por:		
Depreciação (Recuperação de créditos por depreciação)	(23.572)	(13.540)
Amortização	36.092	35.388
Variação monetárias	3.496	3.715
Resultado do ativo imobilizado baixado	-	45
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	67.828	112.475
Perdas por baixa de clientes	(922)	(17.429)
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	12.403	4.696
Ganhos e perdas atuariais	2.817	3.134
Ajuste de estoque	926	498
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(26.171)	(24.353)
	<u>208.467</u>	<u>187.551</u>
Variações patrimoniais		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(76.102)	(102.228)
Estoques	(32.361)	(5.884)
Tributos a recuperar e diferidos	(19.845)	(4.273)
Créditos de convênios	7.765	322
Outros créditos a receber	(4.279)	(2.529)
Despesa antecipada	321	545
Depósitos judiciais	(20.125)	(11.725)
Fornecedores	58.036	(28.514)
Depósitos e retenções contratuais	13	(217)
Tributos a recolher	39.827	27.229
Consignações a recolher	(568)	(188)
Salários e encargos sociais a pagar	23.360	18.097
Outras contas a pagar	27.265	(4.761)
Provisões para contingências	280	(151)
Benefícios a empregados	(2.988)	(1.520)
	<u>209.066</u>	<u>71.754</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	209.066	71.754
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Outros Investimentos - aplicações financeiras	-	(5.147)
Ativo Imobilizado	(23.644)	(3.938)
Ativos Intangível	(424.105)	(180.926)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(447.749)</u>	<u>(190.011)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	17.324	35.669
Amortização de empréstimos e financiamentos	(29.401)	(22.340)
Emissão de debêntures não conversíveis	16.199	112.647
Amortização de debêntures	(33.890)	(23.833)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(31.630)	(19.241)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(22.778)	(72)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	287.411	139.681
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>203.235</u>	<u>222.511</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(35.448)</u>	<u>104.254</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	99.721	40.470
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>64.273</u>	<u>144.724</u>
	<u>(35.448)</u>	<u>104.254</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos valores adicionados

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016
Receitas		
Água, esgoto e serviços	1.126.205	1.098.074
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(66.906)	(95.046)
Cancelamento	(22.954)	(38.520)
Outros	38.626	17.643
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(59.567)	(65.165)
Energia	(120.452)	(117.143)
Serviços de terceiros	(337.828)	(146.562)
Outros	(31.330)	(27.148)
Valor adicionado bruto	525.794	626.133
Retenções		
Depreciação e amortização	(12.520)	(21.848)
Valor adicionado líquido produzido	513.274	604.285
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	33.693	36.401
Aluguéis	693	1.195
Valor adicionado total a distribuir	547.660	641.881
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	215.104	205.315
Remuneração direta	140.000	135.415
Benefícios	64.684	59.623
FGTS	10.420	10.277
Tributos	122.228	281.553
Federais	117.668	275.981
Estaduais	3.339	4.943
Municipais	1.221	629
Remuneração de capitais de terceiros	74.758	72.091
Juros	74.007	71.425
Aluguéis	751	666
Remuneração de capitais próprios	135.570	82.922
Resultados retidos	135.570	82.922
Total distribuído	547.660	641.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A **Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa** (“Companhia”) é uma Sociedade de Economia Mista de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco, com sede à Av. Cruz Cabugá, nº 1.387, Santo Amaro, Recife, Pernambuco. A Companhia tem por objeto social, por outorga do Estado de Pernambuco e delegação de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, regulada pela ARPE - Agência Reguladora de Pernambuco, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia, também, colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias – Pronunciamento Técnico CPC 21(R1).

Estas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 16 de janeiro de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os investimentos são mensurados pelo valor justo;

- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e de perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 10 - Imobilizado (Expectativa de vida útil remanescente);

Nota 11 - Intangível (Valor recuperável do ativo, Contratos de concessão, Amortização e capitalização dos custos dos empréstimos);

Nota 15 - Passivo fiscal - corrente e diferido (reconhecimento, mensuração e expectativa de realização dos impostos diferidos);

Nota 18 - Provisão para perdas em processos judiciais (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

Nota 20 - Reconhecimento de receita (Operação e construção - mensuração e classificação da receita);

Nota 27 – Riscos e questões ambientais (avaliação e estimativas de provisão para perdas).

3 Principais práticas contábeis

Estas demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, portanto, para melhor compreensão, essas Demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis daquela data.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2017	31/12/2016
Depósitos bancários vinculados	9.752	13.860
Aplicações financeiras	54.521	85.861
	64.273	99.721

Composição das aplicações financeiras:

Tipo de aplicação	Taxa	30/09/2017	31/12/2016
Depósitos bancários vinculados - CDI	99% a 67% a.a.	39.693	60.076
Aplicações financeiras - CDB	97% a 55% a.a.	14.828	25.785
		54.521	85.861

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias que correspondem a 85,93% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI (76,84% em 2016).

Em 30 de setembro de 2017, o saldo de aplicações financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Uma análise sobre os riscos de crédito e mercado está apresentada na Nota Explicativa nº 29.3 e 29.5.

5 Contas a receber de clientes

	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Particulares	1.107.010	-	1.107.010	1.060.695	-	1.060.695
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(648.039)	-	(648.039)	(618.905)	-	(618.905)
Órgãos públicos	105.055	-	105.055	101.359	-	101.359
Outros Créditos (a)	(27.696)	-	(27.696)	(16.315)	-	(16.315)
	<u>536.330</u>	<u>-</u>	<u>536.330</u>	<u>526.834</u>	<u>-</u>	<u>526.834</u>
Parcelamentos (b)	30.120	22.543	52.663	28.877	24.039	52.916
Financiamentos (c)	3.798	9.785	13.583	3.350	10.280	13.630
	<u>33.918</u>	<u>32.328</u>	<u>66.246</u>	<u>32.227</u>	<u>34.319</u>	<u>66.546</u>
	<u>570.248</u>	<u>32.328</u>	<u>602.576</u>	<u>559.061</u>	<u>34.319</u>	<u>593.380</u>

- (a) Refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados e arrecadação a discriminar.
- (b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso.
- (c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa e/ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

	30/09/2017	31/12/2016
A vencer:		
Faturas de água e esgotos	142.235	132.390
Parcelamentos (a)	52.663	52.916
Financiamentos (b)	13.584	13.630
	<u>208.482</u>	<u>198.936</u>
Até 30 dias	55.833	54.863
De 31 a 60 dias	42.277	30.724
De 61 a 90 dias	20.908	19.522
Mais de 90 dias	275.076	289.335
	<u>394.094</u>	<u>394.444</u>
Total do circulante e não circulante	<u>602.576</u>	<u>593.380</u>

	30/09/2017	31/12/2016
Movimentação da provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:		
Saldo inicial	(618.905)	(608.093)
Recuperação de PECLD	70.049	135.566
Perda do exercício	(100.105)	(164.456)
Provisão para perda	(15.803)	(33.260)
Reversão da PECLD	16.725	51.338
Saldo final	(648.039)	(618.905)

5.1 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

A perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa do grupo contas a receber é calculada tendo como base a expectativa de perda efetiva, para os clientes particulares e públicos, inclusive sendo baixada quando atingido o prazo prescricional (10 anos). Considera-se para alguns clientes públicos um baixo risco de perdas, em virtude da compensação dos atrasos nas faturas em serviços, sendo estas ressarcidas via serviços de pavimentação de rua, mediante convênios assinados com as prefeituras.

Leva-se em consideração o prazo decorrido por tipo de cliente e valor da fatura para análise individualizada, que considera o histórico e expectativa futura dos consumidores inadimplentes.

5.2 Restrições contratuais

Foram dados em garantia de empréstimos, direitos creditórios, debêntures, conforme segue:

	30/09/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal I	1.625	2.000
Caixa Econômica Federal II	4.355	6.000
Banco do Nordeste do Brasil	1.715	1.715
BNDES	40.093	40.860
Debêntures III	6.572	3.140
FIDC	8.907	15.000
Saldo final	63.267	68.715

6 Estoques

	30/09/2017	31/12/2016
Material de operação e manutenção	42.622	31.716
Material de tratamento químico	21.526	1.215
Outros materiais	270	53
	64.418	32.984

7 Ativo fiscal - corrente e diferido

	30/09/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Corrente				
Imposto de renda a recuperar	20.024	-	17.162	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	16.129	-	8.243	-
COFINS a recuperar	10.488	-	3.077	-
PIS a recuperar	2.273	-	663	-
INSS a recuperar	737	-	689	-
Outros	395	-	368	-
	<u>50.046</u>	<u>-</u>	<u>30.202</u>	<u>-</u>
Diferido				
IRPJ diferido	-	4.162	-	4.162
CSLL diferido	-	122	-	212
	<u>-</u>	<u>4.284</u>	<u>-</u>	<u>4.374</u>
	<u>50.046</u>	<u>4.284</u>	<u>30.202</u>	<u>4.374</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são decorrentes dos ajustes de provisão atuarial, incidentes sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

8 Convênios e outros investimentos

8.1 Circulante - Convênios

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Convênios Federais	2.155	2.244
Convênios Estaduais	5.405	5.405
Convênios Municipais	<u>73.022</u>	<u>73.022</u>
	<u>80.582</u>	<u>80.671</u>
Outros		
Pessoal a disposição outros órgãos	<u>11.654</u>	<u>15.512</u>
	<u>92.236</u>	<u>96.183</u>

- (i) Os contratos Federais, Estaduais e Municipais são decorrentes de convênios de cooperação técnica em saneamento básico, sendo celebrados com os seguintes municípios e órgãos estaduais:

	30/09/2017	31/12/2016
<i>Federais</i>	2.155	2.244
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.244
<i>Estaduais</i>	5.405	5.405
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	602	602
<i>Municipais</i>	73.022	73.022
Prefeitura do Recife – SANEAR (a)	69.072	69.072
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Prefeitura de Caruaru	437	437
Outros	226	226
	80.582	80.671

(a) *Prefeitura do Recife - SANEAR*

Entre os exercícios de 2010 a 2012, foram realizadas prestações de contas do Convênio SANEAR, o qual tinha por objeto a execução de obras relacionadas com a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário. Contudo, quando da aceitação da obra pela equipe da Companhia, esta identificou a necessidade de adequações técnicas. Até a presente data, não houve uma solução para este assunto, contudo a Administração da Companhia nomeou uma equipe de trabalho para solucionar o impasse. A equipe da COMPESA solicitou adequações ao SANEAR e está aguardando a realização destas. Em 2016, houve liberação de repasse ao SANEAR no montante de R\$ 2.671. Em 2017 não houve repasse de recursos.

8.2 Não circulante – Outros investimentos

	30/09/2017	31/12/2016
Depósitos bancários - Conta convênio	208	194
Aplicações financeiras - Convênio (i)	707	3.685
Aplicações financeiras - Garantia banco (ii)	11.030	12.572
Títulos e valores mobiliários (iii)	12.295	11.607
	24.240	28.058

- (i) Refere-se à aplicação de verba recebida de convênios passivos vinculados a aplicações financeiras.
- (ii) Decorre de reserva oferecida como garantia de debêntures.
- (iii) Refere-se ao investimento da Companhia em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - COMPESA, conforme cláusula contratual.

9 Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores e adiantamento para 13º salário aos empregados da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Adiantamentos a fornecedores	9.072	7.999
Adiantamento para 13º salário	3.091	-
Adiantamento participações empregados	1.689	1.666
Outros	<u>857</u>	<u>765</u>
	<u>14.709</u>	<u>10.430</u>

10 Imobilizado

10.1 Composição

	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	22.026	(10.177)	11.849	20.104	(8.619)	11.485
Computadores e periféricos	20.392	(13.680)	6.712	19.155	(11.794)	7.361
Telefonia e comunicação	1.156	(787)	369	1.151	(659)	492
Material hidráulico	17	(10)	7	17	(9)	8
Ferramentas de manutenção	115	(83)	32	95	(70)	25
Bens de segurança	105	(83)	22	105	(77)	28
Eletrodoméstico	1.097	(584)	513	915	(527)	388
Móveis e utensílios	5.195	(3.361)	1.834	4.573	(3.164)	1.409
Veículos	11.648	(8.715)	2.933	10.138	(7.589)	2.549
Edificações	59	(14)	45	59	(12)	47
Terrenos	3.982	-	3.982	3.970	-	3.970
Bens sem tombamento	146	-	146	-	-	-
Bens de uso geral	75.909	(45.479)	30.430	75.914	(45.479)	30.435
Almoxarifado em expansão	29.215	-	29.215	16.228	-	16.228
Almoxarifado Imob. Automação	7.468	-	7.468	2.477	-	2.477
Total	178.530	(82.973)	95.557	154.901	(77.999)	76.902

10.2 Movimentação do custo do imobilizado

	30/09/2017				31/12/2016					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Custo:										
Máquinas, aparelhos e equipamentos	20.104	5	-	1.917	22.026	19.216	2	(97)	983	20.104
Computadores e periféricos	19.155	71	-	1.166	20.392	18.953	29	(250)	423	19.155
Telefonia e comunicação	1.151	5	-	-	1.156	1.168	19	(36)	-	1.151
Material hidráulico	17	-	-	-	17	17	-	-	-	17
Ferramentas de manutenção	95	-	-	20	115	94	-	-	1	95
Bens de segurança	105	-	-	-	105	105	-	-	-	105
Eletrodoméstico	915	13	-	169	1.097	917	-	(4)	2	915
Móveis e utensílios	4.573	28	-	594	5.195	4.552	4	(22)	39	4.573
Veículos	10.138	-	-	1.510	11.648	8.398	-	-	1.740	10.138
Edificações	59	-	-	-	59	59	-	-	-	59
Terrenos	3.970	12	-	-	3.982	3.970	-	-	-	3.970
Bens sem tombamento	-	-	-	146	146	-	-	-	-	-
Bens de uso geral	75.914	-	-	(5)	75.909	66.097	-	-	9.817	75.914
Almoxarifado em expansão	16.228	28.507	(1.571)	(13.949)	29.215	22.426	11.532	(1.911)	(15.819)	16.228
Almoxarifado Imob. Automação	2.477	4.991	-	-	7.468	-	2.477	-	-	2.477
Total do custo	154.901	33.632	(1.571)	(8.432)	178.530	145.972	14.063	(2.320)	(2.814)	154.901

10.3 Movimentação da Depreciação

Taxas (a.a. %)	30/09/2017					31/12/2016					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(8.619)	(1.558)	-	-	(10.177)	(6.726)	(1.893)	-	-	(8.619)
Computadores e periféricos	20	(11.794)	(1.886)	-	-	(13.680)	(9.602)	(2.192)	-	-	(11.794)
Telefonia e comunicação	20	(659)	(128)	-	-	(787)	(518)	(141)	-	-	(659)
Material hidráulico	20	(9)	(1)	-	-	(10)	(8)	(1)	-	-	(9)
Ferramentas de manutenção	20	(70)	(13)	-	-	(83)	(53)	(17)	-	-	(70)
Bens de segurança	10	(77)	(6)	-	-	(83)	(69)	(8)	-	-	(77)
Eletrodoméstico	10	(527)	(57)	-	-	(584)	(460)	(67)	-	-	(527)
Móveis e utensílios	10	(3.164)	(197)	-	-	(3.361)	(2.914)	(250)	-	-	(3.164)
Veículos	20	(7.589)	(1.126)	-	-	(8.715)	(6.366)	(1.223)	-	-	(7.589)
Edificações	4	(11)	(3)	-	-	(14)	(9)	(2)	-	-	(11)
Bens de uso geral	3	(45.480)	-	1	-	(45.479)	(45.490)	-	10	-	(45.480)
Total		(77.999)	(4.975)	1	-	(82.973)	(72.215)	(5.794)	10	-	(77.999)

11 Intangível

11.1 Composição

	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	5.487.203	(656.011)	4.831.192	5.131.723	(620.515)	4.511.208
Contratos de concessões - PPP	562.833	-	562.833	464.010	-	464.010
Direitos de uso de softwares	35.715	(3.265)	32.450	33.460	(2.669)	30.791
	<u>6.085.751</u>	<u>(659.276)</u>	<u>5.426.475</u>	<u>5.629.193</u>	<u>(623.184)</u>	<u>5.006.009</u>

Contratos de concessões - PPP

A COMPESA e a Odebrecht Ambiental, sociedade de propósito específico, assinaram em 15 de fevereiro de 2013, o contrato da Parceria Público-Privada para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 10 anos, cuja operação iniciou em julho de 2013. Em 25 de abril de 2017, foi alterado o controle indireto da Odebrecht Ambiental, onde a Odebrecht S.A. alienou a totalidade de sua participação indireta da Odebrecht Ambiental para a Brookfield Asset Management, Inc. (“Brookfield”), através da BRK Ambiental Participações S.A. (“BRK Ambiental”), nova holding detentora dos ativos nos setores de saneamento e utilidades até então detidos pela Odebrecht Ambiental S.A., passando assim a ser a nova controladora indireta da Odebrecht Ambiental. Em consequência foi alterado a razão social da ODEBRECHT AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. para BRK AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. Foi alterado o controlador indireto e a denominação social, sem qualquer impacto na prestação dos serviços objeto do CONTRATO.

Garantias

Não há bens oferecidos em garantia de execução em processos judiciais.

Compromissos contratuais

De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia; esta se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços.

11.2 Movimentação

	Taxa de amortização % a.a.	30/09/2017				31/12/2016			
		Saldo inicial	Adições	Transferência	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transferência	Saldo final
Contratos de concessões									
Custo		5.131.723	355.480	-	5.487.203	4.863.430	268.293	-	5.131.723
Amortização	2	(620.515)	(35.496)	-	(656.011)	(573.909)	(46.606)	-	(620.515)
		<u>4.511.208</u>	<u>319.984</u>	<u>-</u>	<u>4.831.192</u>	<u>4.289.521</u>	<u>221.687</u>	<u>-</u>	<u>4.511.208</u>
Contratos de concessões - PPP									
Custo		464.010	98.823	-	562.833	324.947	139.063	-	464.010
Amortização		-	-	-	-	-	-	-	-
		<u>464.010</u>	<u>98.823</u>	<u>-</u>	<u>562.833</u>	<u>324.947</u>	<u>139.063</u>	<u>-</u>	<u>464.010</u>
Softwares e direitos de uso									
Custo		33.460	2.255	-	35.715	32.957	503	-	33.460
Amortização	10	(2.669)	(596)	-	(3.265)	(1.878)	(791)	-	(2.669)
		<u>30.791</u>	<u>1.659</u>	<u>-</u>	<u>32.450</u>	<u>31.079</u>	<u>(288)</u>	<u>-</u>	<u>30.791</u>
		<u>5.006.009</u>	<u>420.466</u>	<u>-</u>	<u>5.426.475</u>	<u>4.645.547</u>	<u>360.462</u>	<u>-</u>	<u>5.006.009</u>

12 Empréstimos e financiamentos

	30/09/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco do Brasil – FIDC (a)	15.179	91.250	15.000	102.500
Caixa Econômica Federal – CEF (b)	1.036	-	2.167	538
Caixa Econômica Federal – CEF (c)	8.333	2.083	8.334	8.333
Banco do Nordeste do Brasil – BNB (d)	4.604	13.811	6.433	14.915
Caixa Econômica Federal – CEF (e)	9.333	12.445	9.333	18.667
	<u>38.485</u>	<u>119.589</u>	<u>41.267</u>	<u>144.953</u>

- (a) A Companhia captou recursos por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através do Banco do Brasil - Investimentos (Coordenador). O FIDC Compesa possui como característica básica a cessão dos direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus de titularidade da COMPESA, oriundos da prestação de serviços de saneamento básico a seus usuários.

O fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em maio de 2022. A primeira emissão foi em maio de 2015 com prazo de amortização de 96 meses, incluídos 6 meses de carência, a amortização iniciou em novembro de 2015. Será remunerado à taxa de CDI + 2,85% a.a.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 118.738 (R\$ 129.435 em 2016), composto por cotas seniores detidas por terceiros, investidor institucional, que totalizam R\$ 106.430 (R\$ 117.791 em 2016) e por cotas subordinadas adquiridas pela Companhia que perfazem R\$ 12.311 (R\$ 11.669 em 2016), que representa 10% do patrimônio do Fundo. A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.

O Balanço Patrimonial, referente ao exercício de 30 de setembro de 2017, do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), segue representado abaixo:

ATIVO			PASSIVO		
Circulante e Realizável a Longo Prazo	30/09/2017	31/12/2016	Circulante e Exigível a Longo Prazo	30/09/2017	31/12/2016
Disponibilidades	12	27	Provisão para Pgtos a Efetuar	19	30
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.311	11.669	Valores a Pagar a Sociedade Administradora	37	36
Operações de Crédito	106.430	117.791	Patrimônio Líquido	118.738	129.435
Outros Valores e Bens	29	12	Capital Social	114.802	126.052
Compensação	12	2	Lucros (Prejuízos) Acumulados	3.936	3.383
Total Geral do Ativo	118.794	129.501	Total Geral do Passivo	118.794	129.501

Fonte: Site CVM (Comissão Valores Mobiliários) – Adaptado em milhares

- (b) Refere-se a contratos de financiamento para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes sofrem atualizações monetárias com base na Taxa Referencial de Juros (TR), que variou 0,09% no trimestre findo em 30 de setembro de 2017 (2,03% em 31 de dezembro de 2016), mais juros que variam de 5% a 8% a.a. A taxa de risco é de 1% a.a. sobre os saldos dos contratos, e os prazos de amortizações findam em 2018. Não existem em 30 de setembro de 2017 parcelas de amortização em atraso. Os financiamentos estão garantidos por recebíveis de clientes em 200% da parcela mensal.
- (c) Refere-se a empréstimo para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 6 de julho de 2012, foi assinado contrato de renegociação da dívida, tendo o novo contrato com vencimento em 6 de julho de 2016, incidência de juros remunerados à Taxa de 100% CDI CETIP + 0,30% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização iniciou em 6 de agosto de 2014. O valor contratado foi de R\$ 25.000, sendo R\$ 11.000 destinados ao capital de giro e R\$ 14.000 para investimentos. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes.
- (d) Refere-se a contrato de financiamento para aplicação em saneamento básico, referente ao Projeto de Loteamento Turístico das Praias do Paiva e Itapuama no município do Cabo de Santo Agostinho. Possui carência de três anos com pagamento de juros trimestral, amortização a partir de 21 de outubro de 2012 e vencimento em 21 de setembro de 2021 (108 meses) e taxa efetiva de juros de 10,00% a.a. Foi oferecida como garantia cessão de vinculação de recebíveis no montante correspondente a duas parcelas (principal + juros) e como fundo de liquidez o valor de três parcelas. Adicionalmente, a Companhia deverá manter seguro de cobertura para conclusão de obras. O total do investimento no projeto será de R\$ 53.923, sendo R\$ 10.785 com utilização de recursos próprios e R\$ 43.138 oriundos do programa FNE-PROINFRA via BNB. Até a data de 31 de dezembro de 2016, foram liberados recursos no montante de R\$ 21.348.
- (e) Em 28 de janeiro de 2016 foi assinado contrato para atender o capital de giro da empresa, tendo o novo contrato vencimento em 28 de janeiro de 2020, incidência de juros remunerados à taxa de 100% CDI CETIP + 0,40% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização foi iniciada em março de 2017. O valor contratado foi de R\$ 28.000. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes.

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	10.921
2018	9.318	19.932
2019	33.937	33.298
2020	32.882	40.802
2021 em diante	<u>43.452</u>	<u>40.000</u>
	<u>119.589</u>	<u>144.953</u>

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível, anteriormente classificado como imobilizado) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

13 Fornecedores

	30/09/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais (a)	42.696	12.261
Prestadores de serviços (b)	56.776	40.941
Empreiteiros de obras (c)	28.989	26.848
Fornecedor de energia elétrica	17.906	9.466
Outros	17.909	16.724
	164.276	106.240

- (a) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e a implantação da Adutora do Agreste.
- (b) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a Odebrecht Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação.
- (c) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.

14 Debêntures

Taxas	30/09/2017			31/12/2016		
	Quantidade	Circulante	Não circulante	Quantidade	Circulante	Não circulante
TJLP +2,44 a.a.	118	887	1.331	118	895	1.891
TJLP +2,44 a.a.	73	549	824	73	554	1.181
TJLP +2,44 a.a.	140	1.053	1.580	140	1.062	2.343
TJLP +2,44 a.a.	149	1.121	1.681	149	1.130	2.461
TJLP +2,44 a.a.	304	2.286	3.430	304	2.305	4.940
TJLP +2,44 a.a.	91	684	1.027	91	690	1.497
TJLP +2,44 a.a.	125	957	1.435	125	965	2.093
	1.000	7.537	11.308	1.000	7.600	16.404
TJLP +2,51 a.a.	3.000	6.274	16.213	3.000	6.413	20.210
TJLP +2,51 a.a.	1.100	8.365	21.617	1.100	8.536	27.013
9,78%aa+IPCA	3.000	9.324	29.218	3.000	-	48.399
	7.100	23.963	67.048	7.100	14.949	95.622
CETIP	10.000	19.925	72.132	10.000	13.333	86.667
	10.000	19.925	72.132	10.000	13.333	86.667
	18.100	51.425	150.488	18.100	35.882	198.692

14.1 Debêntures I

Em 3 de março de 2008, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o contrato de subscrição particular de emissão de 1.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações. Em 15 de fevereiro de 2008, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 69.211. O BNDES adquiriu a totalidade das debêntures.

Os referidos títulos são atualizados pela TJLP, mais juros de 2,44% a.a. O prazo de subscrição integral foi até 15 de agosto de 2010. Esta teve carência para pagamento até 15 de setembro de 2010.

O contrato estabelece o total de 114 prestações mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 do mês subsequente ao prazo de término da carência e o vencimento final dar-se-á em 15 de março de 2020. As debêntures estão garantidas por recebíveis de clientes e conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à maior prestação de amortização do principal e acessório da dívida decorrente das debêntures. A conta reserva corresponde a uma aplicação financeira em conta corrente não movimentável pela Companhia em títulos do Tesouro Nacional, em fundos por eles lastreados ou, ainda, em títulos de emissão do próprio banco.

Os títulos foram emitidos com os seguintes objetivos:

- (i) Estruturação e modernização da gestão dos escritórios locais;
- (ii) Implantação de um sistema de gestão empresarial (ERP);
- (iii) Implantação do sistema de informação, supervisão e controle em tempo real (SIGA);
- (iv) Instalação e substituição de hidrômetros; e
- (v) Melhoria da gestão de suprimentos.

14.2 Debêntures II

Em 17 de maio de 2011, a Companhia celebrou novo contrato de promessa de subscrição (10.000 debêntures simples e nominativas), sendo a primeira série de colocação do BNDES, a segunda de colocação do BNDESPAR e a terceira do BNDES, no valor total de R\$ 144.000 para serem investidos em seu desenvolvimento institucional e operacional, bem como na implantação, ampliação e modernização dos seus sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas de concessão. Sobre o principal incidem juros de 2,51% acrescidos da TJLP. Como garantias, foram oferecidos direitos creditórios ou direitos emergentes de contratos de programas e de concessão celebrados com os municípios de Recife e Olinda, direitos creditórios detidos na conta Reserva, conta vinculada e na conta pagamento IPCA ao BNDES. As debêntures têm prazo de carência de 36 meses a contar da data de emissão, e suas formas de amortização variam em decorrência das séries de emissão. Foram subscritas apenas 7.100 debêntures desta emissão.

14.3 Debêntures III

Em 4 de janeiro de 2016, a Companhia firmou contrato com o banco Santander de emissão pública. Em 31 de maio de 2016 foram emitidas 10.000 debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000. Sobre o principal renderão juros correspondentes a acumulação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros). O contrato estabelece um prazo de 72 meses, sendo 12 meses de carência a contar da data de emissão. Logo, a amortização do saldo devedor iniciou em maio de 2017.

14.4 Cláusulas restritivas

Os debenturistas podem declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na ocorrência dos seguintes principais eventos:

- Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;
- Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento; e
- Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Governo do Estado).

Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em decorrência da operação de debêntures contratada no BNDES, a Companhia encontra-se impedida de efetuar, sem a anuência da instituição financeira, a alienação de bens vinculados à concessão (classificados no intangível) em valor acima de R\$ 50.000, bem como deverá manter índices econômico-financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices implica a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado das debêntures.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

14.5 Cronograma de vencimento

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Companhia:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	20.687
2018	16.956	23.140
2019	51.593	28.955
2020	45.939	106.742
2021 em diante	36.000	19.168
	<u>150.488</u>	<u>198.692</u>

15 Passivo fiscal corrente e diferido

	30/09/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos próprios				
Corrente:				
COFINS e PIS	3.339	-	6.022	-
ICMS	-	-	2.128	-
CSLL	11.837	-	-	-
Outros tributos a recolher	50	-	43	-
Parcelamento - Outros	13	105	-	158
	<u>15.239</u>	<u>105</u>	<u>8.193</u>	<u>158</u>
Tributos retidos de terceiros				
Corrente:				
IRRF	1.415	-	2.368	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	521	-	1.175	-
ISS	6.556	-	7.878	-
INSS	2.144	-	2.381	-
	<u>10.636</u>	<u>-</u>	<u>13.802</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal - corrente	<u>25.875</u>	<u>105</u>	<u>21.995</u>	<u>158</u>
Tributos próprios				
Diferido:				
PIS	2.101	-	1.853	-
COFINS	9.679	-	8.536	-
IRPJ	-	13.375	-	19.249
CSLL	-	34.762	-	22.840
Passivo fiscal - diferido	<u>11.780</u>	<u>48.137</u>	<u>10.389</u>	<u>42.089</u>
	<u>37.655</u>	<u>48.242</u>	<u>32.384</u>	<u>42.247</u>

15.1 Passivo fiscal - corrente

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS) e totalizaram no exercício de 2017 R\$ 3.339 (R\$ 6.022 em 2016).

ICMS a recolher

A Companhia é sujeito passivo da obrigação tributária cujo fato gerador é o recebimento de mercadoria proveniente de fornecedores de outros estados, obrigação esta referente ao diferencial de alíquota interestadual que em 30 de setembro de 2017 inexistia (R\$ 2.128 em 2016). Entretanto, conforme Decreto 41.575 de 30 de março de 2015, a Companhia se tornou isenta do referido imposto.

ISS retido a recolher

Companhia reteve, sobre o valor a pagar a terceiros, valores referentes à Imposto Sobre Serviços (ISS) que totalizaram no exercício de 2017 R\$ 6.556 (R\$ 7.878 em 2016).

15.2 Passivo fiscal - diferido

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS), pelo regime de competência, sobre diferenças de bases fiscais de faturamento a órgãos governamentais, as quais são tributáveis quando as faturas são liquidadas. Essas diferenças são contabilizadas em PIS a recolher - diferido e COFINS a recolher - diferido.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando a receita ou a despesa estão incluídas no lucro contábil do exercício, mas estão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em exercício diferente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

16 Salários e encargos sociais a pagar

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para 13º salário	14.022	-
Participação no resultado	123	4.879
Provisão para férias	20.349	19.946
INSS a recolher	5.294	5.118
Salários a pagar	9.682	8
FGTS a recolher	1.211	1.642
Valores a pagar COMPESAPREV	1.084	2.107
Valores a pagar COMPESASAÚDE	3.028	2.858
SESI/SENAI a recolher	392	376
Vale Alimentação	5.336	1.903
Rescisões	718	673
Outros	1.705	75
	<u>62.944</u>	<u>39.585</u>

17 Outras contas a pagar

	30/09/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Confissão de dívida com COMPESAPREV (17.1)	10.729	34.656	10.573	40.243
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE (17.2)	289	679	298	989
Prefeitura de Petrolina (17.3)	1.057	512	1.057	512
Convênios Estaduais e Federais (17.4)	-	6.855	-	11.003
Convênios CODEVASF (17.4)	-	85.497	-	85.497
Ressarcimento a terceiros (17.5)	16.525	-	20.480	-
Parceria Público-Privada - PPP (17.6)	-	562.833	-	464.010
Recuperação CBOS - PPP (17.6)	-	(107.762)	-	(81.592)
Crédito Governo do Estado (17.7)	-	113.483	-	96.218
Outros	843	32	891	22.332
	<u>29.443</u>	<u>696.785</u>	<u>33.299</u>	<u>639.212</u>

17.1 Confissões de dívida com COMPESAPREV

Em 7 de julho de 2005, a COMPESA e a COMPESAPREV - Fundação COMPESA de Previdência e Assistência, tendo como interveniente o Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE, celebraram instrumento particular de retificação da confissão da dívida na qual a Companhia se comprometeu a pagar as dívidas da seguinte forma:

Dívida 2 - Vencimento a partir do prazo de julho de 2006 em 195 prestações mensais e consecutivas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos juros remuneratórios calculados pela Tabela Price de amortização a 7% ao ano sobre o saldo devedor. O saldo em 30 de setembro 2017 totalizou R\$ 45.385 (R\$ 50.816 em 31/12/2016), restando 60 parcelas. A dívida será quitada em setembro de 2022.

	Saldo inicial 31/12/2016	Encargos	Amortização	Saldo final 30/09/2017
Confissão de dívida com COMPESAPREV	<u>50.816</u>	<u>723</u>	<u>6.154</u>	<u>45.385</u>

17.2 Confissões de dívida com COMPESASAÚDE

Em 22 de maio de 2009, foi assinado o instrumento de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação COMPESA de Previdência e Assistência e a Companhia Pernambucana de Saneamento. Neste documento, a COMPESA assume a dívida no valor de R\$ 2.800, que deverá ser atualizado e corrigido.

O saldo devedor em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 968 (R\$ 1.287 em 31 de dezembro de 2016).

A dívida é referente aos passivos dos tributos PIS e COFINS do assistencial (COMPESASAÚDE) para o previdencial da COMPESAPREV relativo ao período entre maio de 2001 e setembro de 2007.

No instrumento foi negociado o parcelamento de dívida em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela *Price* com juros reais equivalentes a 6% ao ano, atualizados mensalmente pelo indexador monetário considerado na meta atuarial (INPC + 5,5%) ao ano, sendo a primeira prestação com vencimento em 1º de fevereiro de 2010 e a última em dezembro de 2019.

	Saldo inicial 31/12/2016	Encargos	Amortização	Saldo final 30/09/2017
Confissão de dívida com COMPESASAUDE	1.287	71	390	968

17.3 Prefeitura de Petrolina

Em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 por conta da prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto pela COMPESA à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 24 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

17.4 Convênios (Estaduais e Federais)

Órgãos Estaduais

Porto de Suape

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia celebrou com o Porto de Suape convênio para execução e planejamento, visando à elaboração de estudos ambientais para projeto básico e estudos necessários para construção de sistema produtor de recursos hídricos, no valor de R\$ 2.013. Tal convênio tem vigência de 480 dias, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas. No exercício de 2016 não houve desembolso.

Órgãos Federais

DER

Em 5 de dezembro de 2002, a Companhia celebrou com o DER convênio para cooperação técnica para implantação da reserva ecológica de Gurjaú e reflorestamento de 100 ha da faixa do entorno do reservatório da barragem de Tapacurá, no valor de R\$ 582. Tal convênio tem vigência de seis anos, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas.

SENAI

Em janeiro de 1984, a Companhia celebrou com o SENAI convênio para cooperação técnica para realização de programas de desenvolvimento dos funcionários. Tal convênio tem vigência até dezembro de 1984. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de ainda existirem pendências de prestação de contas.

CODEVASF

Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução em julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 85.497, valor recebido até 30 de setembro de 2017.

17.5 Ressarcimento a terceiros

O saldo apresentado nessa rubrica corresponde a valores recebidos de clientes classificados como recebimentos em duplicidade. Estes valores ficam registrados na contabilidade por um período de 5 anos, até que o cliente faça a solicitação de devolução ou de compensação. Após 5 anos, a Companhia reconhece esses valores como receitas financeiras. A partir de setembro de 2016, a companhia passou a devolver na fatura do mês subsequente, em créditos, os valores pagos em duplicidade, de acordo com a Resolução Nº 85 de 08/10/2013.

17.6 Parceria Público-Privada (PPP)

O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela Odebrecht Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da COMPESA. (Nota Explicativa nº 11.1). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos a Odebrecht Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referente à contraprestação básica da operação do sistema CBOS, durante o período da concessão previsto para 35 anos.

17.7 Crédito Governo do Estado

Os valores apresentados nessa rubrica tratam-se de créditos a pagar, provenientes de juros sobre o capital próprio (JSCP) de anos anteriores, ao acionista majoritário, o Governo do Estado de Pernambuco. Esses créditos não possuem prazo de vencimento e foram constituídos para registrar a remuneração do capital do sócio majoritário.

18 Provisão para perdas em processos judiciais

	30/09/2017	31/12/2016
Ações trabalhistas	22.912	20.149
Ações cíveis/tributárias	35.805	25.885
	58.717	46.034

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para perdas em processos judiciais:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	16.613	24.662	41.275
Constituição de Provisões	4.702	7.854	12.556
Reversão de provisões	(1.166)	(6.631)	(7.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.149	25.885	46.034
Constituição de provisões	3.647	11.220	14.867
Reversão de provisões	(884)	(1.300)	(2.184)
Saldo em 30 de setembro de 2017	22.912	35.805	58.717

A Companhia efetua o ajuste da provisão de contencioso de acordo com relatórios do jurídico e os pagamentos efetuados são lançados diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 12.403 (R\$ 4.696 no mesmo período de 2016).

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 83.647 (R\$ 63.522 em 2016).

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Neste trimestre, não houve alteração no capital social da Companhia.

O capital autorizado da Companhia passou de R\$ 4.000.000 para R\$ 6.000.000, conforme AGOE datada de 30 de Abril de 2015. O capital integralizado da Companhia é de R\$ 4.000.000, representado por 92.174.836 ações ordinárias e 77.467 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2017, foi recebido adiantamento do Governo do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 695.188 em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto aprovados pela lei orçamentaria anual - LOA estadual 2017. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 695.188 (R\$ 407.777 em 2016).

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

19.2 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Movimentação	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial de adiantamento	407.777	182.849
Quantidade de ações	9.404	4.217
Adiantamento no período (*)	287.411	224.928
Quantidade de ações	2.912	5.187
Saldo final de adiantamentos	695.188	407.777
Quantidade de ações	12.316	9.404

(*) Referem-se aos créditos recebidos do governo por meio de empenhos no montante de R\$ 287.411 no período (R\$ 224.928 em 31 de dezembro de 2016).

20 Receita líquida

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Receita de Venda				
Serviços de abastecimento de água	299.778	867.697	282.577	859.182
Serviços de esgotamento sanitário	87.645	258.508	81.379	238.892
Serviços de construção	120.903	427.117	112.077	160.401
	<u>508.326</u>	<u>1.553.322</u>	<u>476.033</u>	<u>1.258.475</u>
Deduções da receita				
COFINS e PIS	(35.682)	(104.298)	(32.859)	(99.841)
Cancelamentos	(6.380)	(22.954)	(13.031)	(38.521)
	<u>(42.062)</u>	<u>(127.252)</u>	<u>(45.890)</u>	<u>(138.362)</u>
Total	<u>466.264</u>	<u>1.426.070</u>	<u>430.143</u>	<u>1.120.113</u>

21 Custos dos serviços prestados

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Pessoal	(65.319)	(191.200)	(67.535)	(186.593)
Energia elétrica	(39.614)	(109.154)	(35.595)	(106.151)
Serviços de terceiros	(83.557)	(246.179)	(66.007)	(198.477)
Materiais	(5.878)	(18.779)	(5.139)	(16.283)
Produtos químicos	(10.898)	(34.779)	(12.477)	(42.453)
Depreciação e Amortização	(11.716)	(35.135)	(11.240)	(33.165)
Despesas gerais	(574)	(1.621)	(525)	(1.448)
Custo de construção	(120.903)	(427.117)	(112.077)	(160.401)
Total	<u>(338.459)</u>	<u>(1.063.964)</u>	<u>(310.595)</u>	<u>(744.971)</u>

Em atendimento ao CPC 17 - Contratos de Construção, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2017 e 2016, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

22 Despesas comerciais

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Pessoal	(4.218)	(13.023)	(4.572)	(12.510)
Serviços de terceiros	(9.082)	(34.348)	(17.884)	(48.551)
Materiais	(41)	(152)	(44)	(127)
Depreciação e amortização	(615)	(1.877)	(1.022)	(3.062)
Despesas gerais	(84)	(260)	(110)	(224)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e perdas com clientes	(31.976)	(66.906)	(25.009)	(95.046)
Total	<u>(46.016)</u>	<u>(116.566)</u>	<u>(48.641)</u>	<u>(159.520)</u>

23 Despesas administrativas

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Serviços de terceiros	(2.065)	(27.148)	(12.786)	(39.574)
Pessoal	(16.968)	(48.092)	(15.161)	(41.939)
Despesas gerais	(11.463)	(29.448)	(7.823)	(25.476)
Depreciação e Amortização	8.121	24.492	5.446	14.379
Materiais	(666)	(1.112)	(292)	(828)
Produtos Químicos	-	(2)	-	-
Energia elétrica	(55)	(156)	(59)	(156)
Total	<u>(23.096)</u>	<u>(81.466)</u>	<u>(30.675)</u>	<u>(93.594)</u>

24 Outras receitas (despesas), líquidas

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Receitas de aluguéis	264	693	227	1.194
Receitas de imobilizado	-	23.017	-	(14)
Ajustes - inventários físicos	(579)	(926)	(8)	(498)
Taxa de administração de recebíveis	31	86	26	72
Multa impontualidade	1.800	5.613	702	2.805
Recuperação de despesas	-	(76)	15	(16)
Outras receitas e despesas operacionais	3.997	10.913	9.371	15.294
Total	<u>5.513</u>	<u>39.320</u>	<u>10.267</u>	<u>18.837</u>

- (a) Receitas de Imobilizado: em março de 2017 foi reconhecido o valor de R\$ 22.600 referente venda de terreno existente na Rua da Aurora, Recife – PE.

25 Receitas e despesas financeiras, líquidas

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Receitas				
Receita financeira de clientes (a)	10.093	24.461	5.322	11.779
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	1.852	8.848	7.744	24.173
Outras receitas financeiras	(78)	383	122	449
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
	<u>11.867</u>	<u>33.692</u>	<u>13.188</u>	<u>36.401</u>
Despesas				
Descontos concedidos	(9.703)	(26.821)	(8.787)	(18.997)
Encargos e atualização monetária de empréstimos, financiamento e confissões de dívida	(11.984)	(44.369)	(8.956)	(49.294)
Perda atuarial	-	(2.817)	-	(3.134)
	<u>(21.687)</u>	<u>(74.007)</u>	<u>(17.743)</u>	<u>(71.425)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.820)</u>	<u>(40.315)</u>	<u>(4.555)</u>	<u>(35.024)</u>

- (a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 3.942 (R\$ 4.968 em 2016), e multa por impontualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 20.519 (R\$ 19.205 em 2016).
- (b) O valor corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2017, para investimentos ainda não realizados. Assim como, de aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.

26 Cobertura de seguros

A Companhia, em face da natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados. A Companhia prevê nos termos de contrato junto aos fornecedores de obras a realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

27 Riscos e questões ambientais

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Tal política é implementada e monitorada pela Diretoria de Meio Ambiente. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil.

A Política Ambiental não foi objeto de revisão pelos nossos auditores independentes.

28 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas o Governo do Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão entre outros. A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A COMPESA manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no qual o governo aportou recursos para aquisição de ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 19.2);
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Serviços de esgotamento sanitário da região metropolitana por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;

Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa
 Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço patrimonial	Resultado do período	
	Passivo circulante (Nota 13b)	Passivo não circulante (Nota 17)
Parte relacionada		
BRK Ambiental	20.350	562.833
BRK Ambiental	-	(107.762)
Parte relacionada		
BRK Ambiental		
Despesa		(148.755)
Receita com serviço de construção (nota 21)		335.905
Custo com serviço de construção (nota 22)		(335.905)

Remuneração dos administradores; e Participação nos resultados dos administradores;

	<u>30/09/2017</u>
Controlador	
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	66.324
Outras partes relacionadas	
Prefeituras e órgãos municipais	30.615

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	73.424	-	63.683	11
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	104.279	9.456	110.952	9.829
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	-	113.483	-	96.218
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	1.057	512	1.057	512

Resultado do exercício - Os saldos credores referem-se à Receita de prestação de serviços de água e esgoto ao Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e Prefeituras e órgãos municipais. Os devedores referem-se a despesas com remuneração dos administradores.

Ativos circulante e não circulante - Decorrem de contas a receber de clientes e créditos de convênios com o Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e ativo financeiro junto com a Odebrecht Ambiental.

Passivos circulante e não circulante - Decorrem de convênios passivos e confissão de dívida com a Prefeitura Municipal de Petrolina e passivo financeiro junto com a Odebrecht Ambiental.

Contratos de concessão - Prefeituras – Pagamento baseado em ações

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de:

Olinda, Gravatá, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Altinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbí, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Uma, Betânia, Cabo, Pombos, Maraial, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupi, Camutanga, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguaráci, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio, Capoeiras,

a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa. Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

Créditos aos acionistas

A Companhia mantém no Passivo Circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Governo do Estado de Pernambuco. Tais créditos se referem a Juros sobre Capital Próprio - JSCP de exercícios anteriores aprovados em atas de Assembleia Geral e Ordinária, que totalizaram R\$ 113.483 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 96.218 em 31 de dezembro de 2016), conforme Nota Explicativa nº 17.

29 Instrumentos financeiros

29.1 Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez

Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas, os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis intermediárias.

29.2 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho designou aos diretores da Companhia a responsabilidade pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os diretores reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem o objetivo de desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. A Presidência da Companhia é assistida no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões especiais de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Presidente.

29.3 Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de um cliente, nos casos do não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (Compesaprev, Compesasaúde e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito).

A Diretoria de Mercado e Atendimento, responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, bem como mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Tais medidas resultaram na redução da inadimplência do recebimento de faturas de clientes, a qual se encontra refletida na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 2015, a Companhia deu prosseguimento às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com o COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a COMPESA, comentado na Nota Explicativa nº 17.1, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008, para fazer em face de este ressarcimento. Com o objetivo de mitigar este risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (COMPESA).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis intermediárias foi:

Ativos financeiros não derivativos	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	64.273	99.721
Contas a receber de clientes	602.576	593.380
Créditos de convênios	92.236	96.183
Outros créditos a receber	<u>14.709</u>	<u>10.430</u>
	<u>773.794</u>	<u>799.714</u>

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis intermediárias era:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Não vencidos	379.700	405.270
Vencidos de 0 a 30 dias	55.833	54.863
Vencidos de 31 a 60 dias	42.278	30.724
Vencidos de 61 a 90 dias	20.908	19.522
Vencidos há mais de 90 dias	<u>275.076</u>	<u>289.335</u>
	<u>773.794</u>	<u>799.714</u>

29.4 Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades em que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia na administração desse risco é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações a vencerem, sobre condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, em 2011 a Companhia negociou com o BNDES (Debêntures) a revisão das suas obrigações contratuais, e destina a disponibilidade de recursos em aplicações financeiras que garantam a liquidez imediata e, quando necessário, utiliza recursos financeiros de seu controlador, oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital, mantendo-se essa política para o trimestre findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Ademais, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos *covenants* (vide Nota Explicativa nº14) definidos nos contratos de debêntures junto ao BNDES.

A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivos financeiros não derivativos		
Empréstimos e financiamentos	158.074	186.220
Fornecedores	164.276	106.240
Outras contas a pagar	726.229	672.511
Consignações a recolher	4.098	4.666
Debêntures	<u>201.913</u>	<u>234.574</u>
	<u>1.254.590</u>	<u>1.204.211</u>

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivados							
Empréstimos e financiamentos bancários	158.074	158.074	19.850	18.635	34.145	85.444	-
Fornecedores	164.276	164.276	82.138	82.138	-	-	-
Outras contas a pagar	726.229	726.229	5.724	5.718	15.929	23.604	675.254
Consignações a recolher	4.098	4.098	4.098	-	-	-	-
Debêntures	201.913	201.913	25.712	25.712	51.172	99.317	-
	<u>1.254.590</u>	<u>1.254.590</u>	<u>137.522</u>	<u>132.203</u>	<u>101.246</u>	<u>208.365</u>	<u>675.254</u>

29.5 Risco de mercado

Divide-se em risco cambial, cuja exposição da Companhia é mínima, e risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (debêntures e empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL) e à Taxa de Referência (TR), e as aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro.

Na data das demonstrações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	773.794	799.714
Passivos financeiros	<u>(1.254.590)</u>	<u>(1.204.211)</u>
	(a) (480.796)	(404.497)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	66.258	102.117
Passivos financeiros	<u>(354.348)</u>	<u>(420.794)</u>
	(b) (288.090)	(318.677)
	(a) - (b) <u>(192.706)</u>	<u>(85.820)</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos à taxa variável

	30/09/2017		31/12/2016		30/09/2017		31/12/2016	
	Lucro ou prejuízo		Lucro ou prejuízo		Patrimônio líquido		Patrimônio líquido	
	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos
Ativos financeiros	137.340	(133.800)	147.363	(141.307)	137.340	(133.800)	147.363	(141.307)
Passivos financeiros	144.293	(126.847)	157.475	(131.195)	144.293	(126.847)	157.475	(131.195)
	6.953	(6.953)	10.112	(10.112)	6.953	(6.953)	10.112	(10.112)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos à taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (Outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros		773.794	799.714	799.714
Passivos financeiros		(1.254.590)	(1.204.211)	(1.204.211)
	(a)	(480.796)	(404.497)	(404.497)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros		66.258	102.117	102.117
Passivos financeiros		(354.348)	(420.794)	(420.794)
	(b)	(288.090)	(318.677)	(318.677)
	(a) - (b)	(192.706)	(85.820)	(85.820)

(i) *Contratos de concessão*

Adicionalmente, a Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as Prefeituras Municipais, que possam ensejar perda da “Concessão” e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com o órgão regulador ARPE - Agência de Regulação de Pernambuco.

Os serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência exclusiva dos municípios. Diante do verificado, a prefeitura, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de água tratada e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste, se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/95 art. 42 e alterações posteriores), e objetivando regularizá-lo, deve formular a política pública de saneamento conforme legislação específica. Ainda, o município deverá nomear comissão específica que procederá ao trabalho de levantamento e avaliação necessária à determinação do montante de eventual indenização à concessionária.

O levantamento será feito através da apuração dos investimentos realizados, não amortizados pelas tarifas; pela depreciação dos bens que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, ou seja, reversíveis; e pela apuração contábil de todos os recursos auferidos ao longo da concessão pela concessionária em razão da prestação dos serviços.

Nestas condições observamos que, devido ao alto custo de infraestrutura, manutenção e administração das Concessões, aliados à escassez de água em nossa região, estas se tornam menos atrativas para a iniciativa privada. Ademais, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico dos municípios, consideramos como remota a possibilidade de não renovação das concessões.

A Compesa, a cada ano, vem melhorando a oferta de água, assim como a prestação de serviços. Única empresa do ramo no estado, não há indícios de nenhum rompimento com alguma concedente. Além disso, a exploração deste negócio exige o dispêndio de elevados recursos e conhecimento técnico. O Governo do Estado, através da companhia, tem investido recursos na ampliação e feito melhorias nos sistemas.

(ii) *Revisões tarifárias*

A ARPE, com base no Decreto Estadual nº 40.256/14 do Governo do Estado de Pernambuco, que altera o Decreto Estadual nº 33.354/2009, implantou a nova política tarifária por meio das resoluções nº 88/14 e nº 89/14, prevendo reajustes anuais através de índice que reflita a evolução de custos da concessionária, com o objetivo de recompor o valor das tarifas diante das variações monetárias. Também, nos mesmos diplomas legais, foi instituída a revisão tarifária quadrienal, a qual compreende a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no art. nº 38 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

Através das notas técnicas Arpe DEF/CT nº 01/2014 e Arpe DEF/CT nº 02/2014, a metodologia tarifária foi efetivamente definida estabelecendo-se, para o período compreendido entre 2014 a 2017, a seguinte fórmula de reajuste anual tarifário:

$IRT = (0,886 \times IPCA + 0,114 \times IGP-M)$, onde o peso histórico das despesas da DEX, atribuídas a energia (11,4%), se vincula ao IGP-M, enquanto as demais DEX (88,6%) estão aderidas ao IPCA. No exercício de 2016, a tarifa da Companhia sofreu um reajuste de 10,69%, com fundamento no Decreto nº 40.256/2014 entrando em vigor em 20/03/2016.

O reajuste de 7,88% para clientes convencionais e de 5,43% para clientes com tarifa social, autorizado pela ARPE, em 18 de fevereiro de 2017, com fundamento no Decreto nº 40.256/2014, começou a vigorar a partir de 20 de março de 2017. Este visa recompor as tarifas da COMPESA em relação ao efeito da inflação dos últimos 12 (doze) meses e foi impactado pela necessidade de compensar o aumento autorizado pela ANEEL na tarifa de energia elétrica no período, bem como pela necessidade de recompor o déficit tarifário devido ao agravamento da crise hídrica.

29.6 Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do controlador, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia defina como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas.

29.7 Administração do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é apresentada a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Total do passivo	1.607.328	1.550.811
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(64.273)	(99.721)
Dívida líquida (A)	1.543.055	1.451.090
Total do patrimônio líquido (C)	4.917.572	4.493.618
Capital ajustado (B)	6.460.627	5.944.708
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	0,24	0,24

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita a exigências externas impostas de capital.

A dívida líquida (A) representa 24% do capital ajustado (B) e 31% sobre o patrimônio líquido (C) da Companhia.

A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos e não efetuou em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

30 Evento subsequente

A Administração da Companhia não constatou qualquer evento subsequente relevante à data de das demonstrações contábeis intermediárias ocorridas em 30 de setembro 2017 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 16 de janeiro de 2018.

* * *